DERNOS ITESP 1

RETRATO DA TERRA:

Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97

ETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
ituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva"

RETRATO DA TERRA:

Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97

CADERNOS ITESP 1

RETRATO DA TERRA:

Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo - 96/97

FUNDAÇÃO ITESP
BIBLIOTECA
TOMBO: 439
CDD: 333.31
DOAÇÃO: C122r
COMPRA:
EM:

e.15
439

São Paulo
ABRIL 1998

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
E DA DEFESA
DA CIDADANIA

Instituto de Terras do Estado de São Paulo
"José Gomes da Silva"

Patrocínio:
Fundação UNESP

© 1998, Instituto de Terras do Estado de São Paulo
"José Gomes da Silva"
Av. Brig. Luiz Antônio, 554 - São Paulo - SP
Tel. (011) 232-0933 - e-mail: itespgab@uol.com.br

Diretor do DAF
CARLOS FERNANDO DA ROCHA MEDEIROS

Diretora do Centro de Planejamento e Projetos / DAF
MARIA JUDITH MAGALHÃES GOMES

Diretor da Divisão de Operações / DAF
JOÃO LEONEL DOS ANJOS

Equipe Técnica

Grupo de Sócio Economia do Itesp/DAF
ANA LÚCIA CARNEIRO DA COSTA
CARLOS EDUARDO KNIPPEL GALLETTA
FÁBIO LUÍS NOGUEIRA DE ALMEIDA
IVANETE MARIA DURÃES DE OLIVEIRA

Auxiliares:
JACQUELINE MARY LIMA BATISTA
DANIELLE JULIE DE OLIVEIRA

Execução
Equipes Técnicas das Coordenações Regionais do Itesp/DAF

Colaboração
JOSUELITO BALBINO DA SILVA
JUVENAL JOSÉ FERREIRA
MARIA CRISTINA ETCHEVERRY

Coordenação da publicação
AMAURI DAROS CARVALHO - ITESP/CCTA
MARCIA REGINA DE OLIVEIRA ANDRADE - ITESP/GAB

FICHA CATALOGRÁFICA

82 I
ITESP, São Paulo
Retrato da Terra : Perfil sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo. -- Nº 2 (Jul. 1998) -. São Paulo : ITESP, 1998. 56p. : il., 23cm. - (Série Cadernos ITESP/ Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania)
Irregular
1. Assentamentos Rurais 2. Reforma Agrária 3. Sociologia Rural 4. Economia Rural I. Instituto de Terras II. Série
CDD 301

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte

Tiragem: 5.000 exemplares

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MÁRIO COVAS

Governador

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA

BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR

Secretário

EDSON LUIZ VISMONA

Secretário Adjunto

INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA"

TÂNIA ANDRADE

Coordenadora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

ANTONIO MANOEL DOS SANTOS SILVA

Reitor

Convênio Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania - SJDC
Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" - ITESP
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP
Fundação para o Desenvolvimento da Unesp - FUNDUNESP

"E, assim, no exercício dos direitos
e na cobrança dos deveres é que
se dá o processo de cidadania..."

Belisário dos Santos Jr.

O compromisso com os direitos sociais

Para a consolidação da democracia é fundamental o exercício de um dos mais importantes direitos do cidadão: o acesso à informação produzida pelos órgãos públicos.

Esse direito tem como reverso o dever do Poder Público de democratizar a informação. É o compromisso estabelecido entre Governo e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Direitos Humanos.

Dentro desse espírito, o Instituto de Terras do Estado de São Paulo torna público o conhecimento acumulado, ao longo desses anos, na execução da política agrária da política agrária e fundiária no Estado.

O ***Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo*** *retrata o avanço da reforma agrária e da política de assentamentos no Estado, apontando a elevação do bem estar social alcançado pelas famílias de trabalhadores rurais assentadas.* ***Retrato da Terra*** *dá conta do processo de transição dos trabalhadores da condição de vítimas da falta de destino para o momento de resgate da dignidade, na assunção do papel de atores sociais.*

O ***Retrato da Terra*** *vai além. Lembra que o resgate da cidadania no campo é um processo. Houve avanços, muitos dos quais se devem à vontade política do atual Governo do Estado de São Paulo. Mas, é um*

processo em desenvolvimento. Para o avanço desse processo, é que se pede o retorno da contribuição do leitor, do pesquisador, do interessado na informação divulgada. Retorno por nós visto e querido como autêntico dever da cidadania.

E, assim, no exercício dos direitos e na cobrança dos deveres é que se dá o processo de cidadania, possibilitando e exigindo a participação da sociedade em um atuar parceiro com o Estado, postura-fundamento da democracia moderna, visão imprescindível para a sociedade justa e fraterna que queremos.

Belisário dos Santos Jr.
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

APRESENTAÇÃO

É com orgulho que apresentamos o ***Retrato da Terra: Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo.*** *É o primeiro resultado do Projeto Caderneta de Campo, que tem como objetivo acompanhar, de forma mais próxima, a evolução dos beneficiários dos projetos de assentamento.*

É importante perceber que, ao contrário do que se propala ***87%*** *das famílias beneficiadas permanecem em seus lotes desde o início do assentamento. As demais, foram substituídas por famílias que passaram, regularmente, pelo processo de seleção. Os poucos lotes que estão desocupados ou ocupados de forma irregular representam* ***2,5%*** *do total. Nestes casos, estão sendo adotados os procedimentos administrativos ou judiciais pertinentes.*

Mas isso é só um exemplo. Este levantamento permite desmistificar outras opiniões correntes sobre o processo de reforma agrária. Apresenta indicadores sobre quem são as famílias beneficiadas, como produzem e quais são suas condições de vida. Demonstra avanços e também os pontos em que os projetos de assentamento precisam melhorar.

Ressaltamos que este Perfil representa uma determinada etapa. O assentamento é um processo através do qual as famílias de trabalhadores rurais adquirem condições para se viabilizarem enquanto produtores agrícolas familiares. De forma gradativa, são alcançadas as conquistas. No próximo Perfil, que abrangerá a safra 1997/98, teremos uma idéia da evolução dos assentamentos. O número de famílias aumentará no volume seguinte; não foram levantados os dados das famílias que foram assentadas mais recentemente.

Destacamos o rigor e a dedicação dos técnicos do Departamento de Assentamento Fundiário - o DAF, órgão deste Itesp que é o responsável pela implantação da política de assentamentos estadual, que tornou possível esta

publicação. Esse esforço envolveu os profissionais de campo que levantaram as informações básicas em cada um dos lotes até o Grupo de Sócio Economia, que coordenou o trabalho e sistematizou os resultados. Ressaltamos também o papel da diretoria da DAF, que priorizou um trabalho dessa envergadura e importância.

Esperamos que este ***Retrato da Terra*** *contribua para as discussões a respeito da reforma agrária. Retrata o esforço das famílias assentadas para produzir mais e melhor, oferecendo condições de vida dignas para seus filhos. E também o trabalho deste Instituto, parceiro dessas famílias, que está sempre procurando se aprimorar, para cumprir melhor sua missão.*

Tânia Andrade
Coordenadora do ITESP

SUMÁRIO

O COMPROMISSO COM OS DIREITOS SOCIAIS VII

APRESENTAÇÃO IX

1. INTRODUÇÃO 1

2. O PROJETO CADERNETA DE CAMPO 5

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL 9

4. INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO 19

5. PADRÕES TECNOLÓGICOS DOS ASSENTADOS 21

5.1. Produção e Produtividade 21

5.2. Tecnologia Utilizada na Produção Vegetal 24

5.3. Tecnologia Utilizada na Produção Animal 26

5.4. Crédito Rural - Custeio de Safra 27

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS 31

7. ANEXO 33

Relação de Projetos de Assentamentos Levantados 34

Quadro 1. Idade dos Assentamentos Rurais 37

Quadro 2. Experiência de Trabalho Anterior dos Titulares de Lotes 37

Quadro 3. Distribuição por Faixas Etárias 38

Quadro 4. Níveis de Escolaridade dos Moradores 38

Quadro 5. Participação dos Moradores de Projetos 39

Quadro 6. Envolvimento de Membros das Famílias Assentadas 39

Quadro 7. Índice de Permanência de Beneficiários 40

Quadro 8. Condições de Moradia dos Trabalhadores 40

Quadro 9. Índice Percentual de Participação em Organizações 41

Quadro 10. Distribuição da Terra 41

Quadro 11. Conservação dos Solos 42

Quadro 12. Utilização de Crédito de Custeio Agrícola 42

1. INTRODUÇÃO

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva" foi criado pelo Decreto Estadual n.º 33.133, de 15 de março de 1991, reunindo órgãos já existentes com atuação nas questões agrária e fundiária do Estado de São Paulo. Recebeu recentemente o nome de José Gomes da Silva, em homenagem àquele que, grande defensor da reforma agrária, iniciou a participação estadual sistemática nessa área, criando o embrião do que hoje é o Itesp.

Hoje, o Instituto de Terras é o responsável pela execução da política agrária e fundiária do Estado, vinculado à Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania. Tem em sua estrutura cinco áreas técnicas, cuja atuação engloba diversas atividades envolvendo as terras públicas do Estado.

O **Centro de Solução de Conflitos Fundiários** atua na mediação de todos os conflitos pela terra no Estado, intermediando as negociações entre as famílias sem-terra e os órgãos competentes em cada caso, cadastrando e analisando o perfil sócio-econômico das famílias, suas necessidades básicas e reivindicações, estabelecendo um banco de dados sobre a situação jurídica, agronômica e social das áreas em litígio. Tem como filosofia o respeito às diferentes organizações sociais, a identificação das demandas e a busca de possíveis soluções para os conflitos, de modo a evitar a violência.

O **Departamento de Regularização Fundiária** realiza os trabalhos técnicos de regularização de terras estaduais e municipais, identificando e demarcando terras devolutas, elaborando os planos de legitimação das posses até 100 hectares e propiciando a arrecadação de áreas para assentamento. Tem como fundamento contribuir para fixar o homem ao campo através da segurança dominial e da adequada destinação de terras públicas, utilizando a regularização fundiária como instrumento de desenvolvimento regional.

A **Assessoria Especial para Quilombos,** criada em 1997, tem como missão o cumprimento do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, garantindo o direito de propriedade às comunidades de remanescentes de quilombos. Desenvolve ainda uma política de apoio a essas comunidades, buscando o seu desenvolvimento sócio-econômico, de forma sustentável, respeitando suas tradições e manifestações culturais.

O **Centro de Capacitação Técnico-Agrária** atua na formação e capacitação de assentados e técnicos do Itesp, através de cursos organizados em parceria com universidades e organizações não governamentais, ministrados diretamente nos assentamentos, além de outros eventos e atividades ligadas à discussão da política agrária a ao aperfeiçoamento profissional.

O **Departamento de Assentamento Fundiário** é o responsável pela implantação da política de assentamentos estadual, incluindo a administração e assistência técnica aos assentamentos estaduais e federais, além do desenvolvimento de diversos programas de apoio aos assentamentos, visando a diversificação da produção e o fortalecimento da agricultura familiar. Tem como filosofia o modelo de construção participativa da nova comunidade de agricultores agora assentados, buscando torná-los produtores autônomos e viáveis, resgatando-lhes a cidadania.

É através do DAF que se viabilizam, além da orientação técnica, a elaboração de projetos de financiamento para investimentos e custeio; o fomento para a implantação de culturas mediante empréstimo de sementes, doação de mudas e fornecimento de calcário; a conservação dos solos e abertura de estradas através de máquinas contratadas; construção de obras de infra-estrutura; o planejamento dos módulos de produção e localização de áreas de proteção ambiental; o apoio à organização social e comercialização de produtos e outras atividades de suporte ao desenvolvimento sócio-econômico dos assentados.

O DAF tem em sua estrutura organizacional duas divisões, que atuam no planejamento das ações e no suporte às atividades das nove Coordenações Regionais responsáveis pelas ações imediatas de atendimento à população assentada. Os principais trabalhos desenvolvidos pelo DAF são:

- Vistorias técnicas em imóveis rurais para fins de desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) ou arrecadação estadual;

- Cadastro e seleção das famílias a serem assentadas, conforme a lei 4.957/85;
- Levantamentos técnicos, estudo do módulo adequado e planejamento territorial dos projetos;
- Planejamento e execução de serviços públicos básicos: motomecanização agrícola (destoca, abertura de estradas, terraceamento, etc.); obras de infra-estrutura no núcleo de serviços (escola, abastecimento de água, eletrificação, etc.); obras de apoio à produção (galpões, armazéns, etc.);
- Assistência técnica agronômica e veterinária aos assentados, procurando manter em média 1 técnico para cada grupo de 50 famílias, com elaboração de projetos técnicos de financiamento e custeio, inclusive pelo Procera;
- Implementação de programas de fomento e desenvolvimento dos assentamentos, estimulando a tecnificação e diversificação da produção, tais como: empréstimo de sementes certificadas, fruticultura, desenvolvimento da pecuária leiteira, calagem e recuperação dos solos, sericicultura, essências florestais, etc.;
- Fiscalização e acompanhamento dos beneficiários quanto ao cumprimento das normas jurídicas, com notificação e encaminhamento para regularização das infrações cometidas;
- Acompanhamento sistemático do desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos, desenvolvendo instrumentos de análise dos resultados dos programas implantados e buscando soluções para os problemas encontrados.

O presente trabalho, dentro dos objetivos desta última ação, foi coletado diretamente junto à população assentada, vem no sentido de contribuir para o conhecimento da realidade dos assentamentos, ao mesmo tempo em que fornece aos agentes cotidianos da reforma agrária – assentados, técnicos do Itesp, militantes e pesquisadores – os elementos de análise dessa mesma realidade, possibilitando um esforço coletivo de pensar as soluções necessárias para fazê-la avançar.

2. O PROJETO CADERNETA DE CAMPO

O Instituto de Terras do Estado de São Paulo "José Gomes da Silva", ao decidir através de seu Departamento de Assentamento Fundiário, pela implantação de um instrumental de acompanhamento permanente da evolução dos beneficiários dos projetos de assentamento, denominou-o **Caderneta de Campo,** expressando a vontade de torná-lo uma ferramenta sempre presente no dia-a-dia de seus técnicos de campo.

Em um trabalho de parceria com os assentados, o extensionista estaria registrando, em formulário padronizado para todos projetos, os fatos significativos relativos às condições sociais e econômicas das famílias assentadas.

A novidade da proposta trouxe inicialmente muitas dúvidas e incertezas a respeito das possibilidades do instrumento "Caderneta de Campo" captar efetivamente a complexa e diversificada realidade da população e, ao mesmo tempo, tornar-se uma ferramenta útil e adequada na relação técnico-assentado, que pudesse fazer avançar o processo educativo nos trabalhos da extensão rural.

A priorização de questões a serem abordadas com os assentados e sua mais adequada formulação envolveu o corpo técnico de campo e os grupos de assessoria técnica da sede, estabelecendo-se uma profícua criação coletiva[1], que resultou no formulário utilizado na safra 96/97. Estava claro para todos que possivelmente existiriam imperfeições que só poderiam ser sanadas na experiência prática de sua aplicação.

Buscando a homogeneização do entendimento das questões e da maneira de explicá-las aos assentados, o Grupo de Sócio-Economia do Itesp/DAF percorreu as Regionais, esclarecendo aos técnicos de campo a respeito do novo instrumental.

[1] Modelos iniciais foram testados em campo, junto aos assentados e sugestões de aperfeiçoamento foram incorporadas à versão final da Caderneta de Campo.

A aplicação nos assentamentos começou entre fins de 1996 e início de 1997, já em meio à safra, o que eventualmente pode ter provocado algum prejuízo na coleta de dados, mas sem comprometer os resultados finais de maneira significante.

A Caderneta de Campo se constitui num projeto permanente da extensão rural do Itesp/DAF e pretende formular análises para cada ano agrícola vivido nos assentamentos.

Desta forma, adotou-se o ciclo que se inicia em agosto de cada ano e que se conclui em julho do outro ano, como referência para coleta de dados de uma determinada safra agrícola.

Apesar de haver atualmente uma grande diversidade de cultivos nos diversos assentamentos localizados por todo o Estado, com colheitas nas mais variadas épocas do ano, a adoção do mês de julho como fechamento da coleta de dados de produção e procedimento da tabulação contempla a grande maioria das culturas, concentradas principalmente no verão. As culturas que iniciaram seu ciclo antes de agosto de 1996 e foram colhidas após agosto de 1997, tiveram seus dados coletados e incluídos na safra 96/97.

Assim sendo, os dados de produção foram tabulados em julho/agosto de 1997 e os dados sociais e de infra-estrutura totalizados em setembro/outubro do mesmo ano.

Os resultados do ano agrícola 96/97 estão consolidados no "Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo", já disponível na biblioteca do Instituto de Terras.

O trabalho ora apresentado, **"Retrato da Terra: Perfil Sócio-econômico dos Assentamentos do Estado de São Paulo"**, completa a publicação dos dados obtidos e os disponibiliza para o debate interno e externo, a respeito dos resultados que vem alcançando a reforma agrária no Estado.

Esta primeira análise das informações obtidas, sob responsabilidade do Grupo de Sócio-Economia, incorporou inúmeras opiniões, comentários e críticas coletadas na avaliação desta experiência inicial, junto aos técnicos das regionais e da sede. Trata-se de um primeiro esforço de entender em maior profundidade a realidade com que trabalhamos, avançando para além do rico e respeitável conhecimento empírico, que já vimos adquirindo em nossa prática de campo.

São apresentados aqui o perfil de nosso público, sua experiência de trabalho anterior ao assentamento, sua faixa de idade, seu nível de escolaridade, seu envolvimento no trabalho do lote, sua eventual complementação de renda com trabalhos externos de membros da família, sua persistência no projeto, as condições de moradia das famílias, as formas de organização social que adotam, a caracterização física dos lotes em que trabalham e vivem, a infra-estrutura produtiva disponível para alavancar seu possível desenvolvimento, a tecnologia empregada , seu acesso ao crédito rural e o acompanhamento da evolução de sua produção agropecuária.

As considerações deste **Retrato da Terra** contemplam uma análise global dos dados obtidos através da Caderneta de Campo, envolvendo a totalidade dos 70 assentamentos rurais estudados que representam 92% dos assentamentos de São Paulo em produção na época. Não foram consideradas portanto, especificidades regionais ou locais, onde situações de antiguidade dos projetos, potencial de produtividade das terras, ou ainda localização em relação ao mercado, pudessem explicar resultados diferenciados.

No entanto, trabalhamos a partir dos Quadros expostos no Anexo deste estudo os quais contêm, além dos dados gerais, informações específicas de cada Coordenação Regional. O leitor poderá assim comparar as realidades particulares com as situações gerais expostas no texto. Um trabalho mais completo, disponibilizando todas as planilhas de dados de cada assentamento está em preparação e será apresentado para publicação ainda neste ano de 1998.

Espera-se, porém, que este estudo sirva de estímulo a iniciativas regionais e locais, no sentido de promover interpretações mais detalhadas e mais próximas da realidade de cada situação específica.

Importância expressiva deverá assumir este projeto, tendo em vista a implantação da nova metodologia de assistência técnica adotada pelo Itesp/DAF, a partir de abril de 1998, que exigirá a realização de diagnósticos periódicos a serem discutidos com a população beneficiária, visando à identificação de obstáculos e potencialidades, contribuindo assim no planejamento participativo de ações para superação dos problemas existentes.

Neste sentido, a tabulação e análise dos dados gerados permitirão devolver à população diretamente interessada um retrato do conjunto do assentamento, construído a partir da sistematização de informações por ela mesma fornecida.

O prosseguimento do trabalho com a Caderneta de Campo, com os devidos aperfeiçoamentos, gerará instrumentos eficazes ao Itesp/DAF para aferir

periodicamente o desenvolvimento de cada família, de cada assentamento e do conjunto de assentamentos do Estado.

A riqueza de dados obtida certamente despertará novas análises, seja através do próprio órgão, seja através de programas de cooperação técnico - científica com a comunidade acadêmica.

Concluindo, devemos dizer que este marco histórico só foi possível de ser concretizado pelo empenho coletivo de todo o Departamento, através de seus funcionários técnicos e administrativos, nas regionais e na sede.

Cabe agora aperfeiçoar e consolidar a obra iniciada.

3. CARACTERIZAÇÃO SOCIAL

Este levantamento da situação das famílias assentadas no Estado de São Paulo abrangeu um total de 4.992 famílias beneficiárias, envolvendo 94,56% dos lotes existentes naquele período nos 70 assentamentos pesquisados. Existiam à época 76 projetos e 5.683 lotes tendo sido abrangidos portanto, 92,10% dos assentamentos e 87,69% dos lotes (vide Relação de Assentamentos Pesquisados no Anexo).

A população total encontrada neste estudo alcançou 20.960 pessoas, o que estabelece uma média de 4,2 pessoas por família.

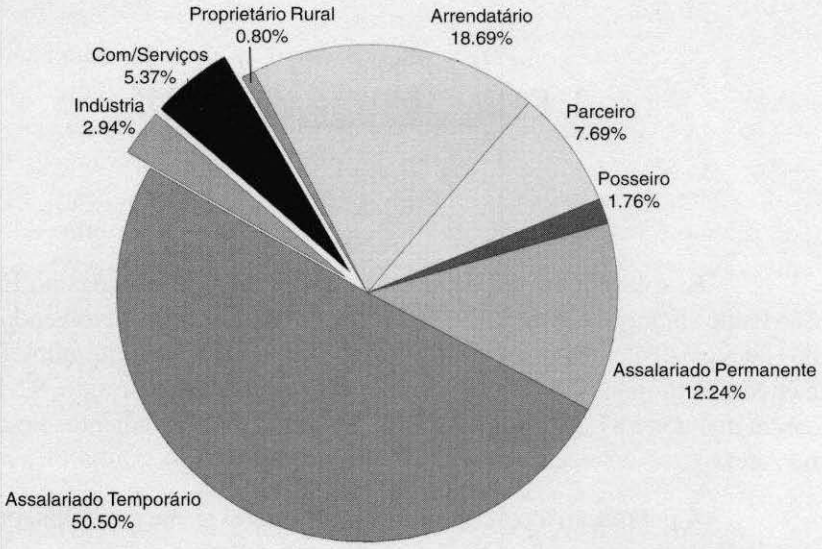
Quanto à **idade dos assentamentos,** verificou-se a existência de 17 projetos (24,28%) com mais de 10 anos; 15 projetos (21,43%) entre 6 e 10 anos; 16 projetos (22,85%) entre 2 e 5 anos e 22 projetos (31,44%) com menos de 2 anos. Nota-se que mais da metade dos projetos (54,29%) tem no máximo 5 anos.

Quanto ao **módulo**[2] verificou-se que 74,28% dos assentamentos, à época do levantamento, eram definitivos (52), 22,87% provisórios (16) e 2,85% emergenciais (2).

Em sua esmagadora maioria (91,69%), os titulares de lotes tem **origem** na agricultura, sendo predominantes os assalariados temporários (50,50%) seguidos dos arrendatários (18,69%), assalariados permanentes (12,24%), parceiros (7,69%), posseiros (1,76%) e ex-proprietários (0,80%). Entre aqueles que não

[2] A classificação dos assentamentos quanto a situação modular indica: a) *definitivos* - com lotes de dimensões adequadas à manutenção e progresso econômico das famílias; b) *emergenciais* - com lotes em dimensão insuficiente para o desenvolvimento dos beneficiários, devido ao excesso de famílias em relação à área disponível no local; c) *provisórios* - situação encontrada no Pontal do Paranapanema, com assentamentos de famílias em áreas de tutela antecipada obtida através de medida liminar junto à Justiça, assegurando posse imediata de 30% do total da gleba, enquanto se aguarda o restante da área para o assentamento definitivo.

GRÁFICO 1. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTERIOR DOS TITULARES DE LOTES DOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997. (Referente ao Quadro 2 do Anexo)



vieram da agricultura (8,31%) temos 2,94% provenientes da indústria e 5,37% do setor de comércio e serviços. Pode-se verificar que os ex-assalariados rurais somados alcançam 62,75%.

Tais números desenham o perfil do público trabalhado pelo Itesp/ DAF nos assentamentos. Embora esta população seja predominantemente originária da agricultura, muitos viveram a experiência urbana, como ex-bóias-frias. Observou-se no geral, a predominância daqueles que atravessaram um processo simultâneo de proletarização, urbanização e marginalização social.

Com suas identidades de bóias-frias, ex-sitiantes, arrendatários, etc., muitas vezes descaracterizadas, eles encontraram através do movimento social a possibilidade de construção de uma nova identidade, agora como trabalhadores rurais "com terra". Trazem no entanto, para essa nova condição, dificuldades advindas da situação de privações anterior como, por exemplo, o baixo nível de escolaridade e o fato de terem ficado muito tempo fora do processo de gestão da unidade agrícola, pois apenas 28,94% passaram por experiências de maior autonomia, como ex-sitiantes, arrendatários, posseiros e parceiros. Atuando como assalariados em determinadas fases dos ciclos das culturas (carpição,

corte de cana, plantio, etc.) e não em seu todo, a maioria dos assentados passou o período de maiores alterações das bases técnicas da agricultura (décadas de 70 e 80) em posição de subordinação, sujeitos aos desígnios modernizadores de seus patrões.

Ao ingressarem nos assentamentos, os trabalhadores tentam construir um novo sistema de produção, alguns mirando-se na agricultura familiar dos sitiantes e outros tendo como modelo a agricultura patronal, ainda que adaptada a formas coletivas de exploração. Levam para o assentamento uma grande experiência de organização social, acumulada no movimento reivindicatório pela terra. Isto se traduz na constituição de cooperativas, associações e grupos informais, envolvidos na prestação de serviços de máquinas, representação política, produção coletiva, comercialização, organização de mulheres e outros. Articulam-se fortemente através de uma Coordenação Estadual dos Assentados, da Cooperativa Central dos Assentados do Estado de São Paulo, do próprio MST e de outros movimentos[3] - alcançando enorme força da pressão reivindicatória.

O levantamento do nível de **organização social** constatou a existência de 106 organizações, sendo 20 cooperativas, 32 associações e 54 grupos informais (Quadro 9 do Anexo). O total de participantes nas organizações é de 3.636 assentados, ou seja, 72,84% do total de famílias pesquisadas, o que revela um índice bastante expressivo.

Em cooperativas participam 1.875 famílias, correspondendo a 37,56% do total de beneficiários, ou ainda, 51,57% do total de envolvidos em alguma organização; 1.053 assentados estão organizados em associações, representando 21,09% do total de famílias estudado, ou 28,96% dos participantes em organizações. Nos grupos informais estão envolvidas 708 famílias, representando 14,18% do total de assentados, ou 19,47% do total de titulares ligados a organizações. As médias de participantes por tipo de organização são as seguintes: 93,75 por cooperativa; 32,9 por associação e 13,9 por grupo informal.

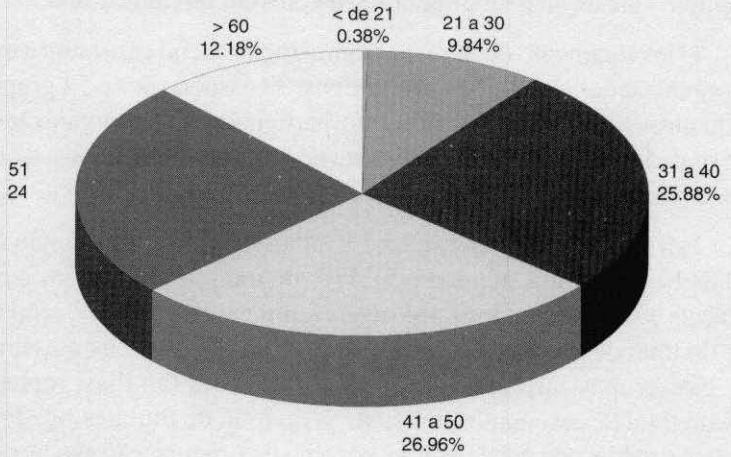
Um fator favorável ao desenvolvimento dos projetos de assentamento foi identificado em relação as faixas etárias predominantes entre os titulares de lote, proporcionando maior potencial de exploração das áreas e boas perspectivas de desenvolvimento futuro para as famílias.

[3] Bernardo Mançano Fernandes, em trabalho apresentado no Encontro Regional Sudeste da APIPSA, em abril de 1998, identificou a existência dos seguintes movimentos, além do MST: Esperança Viva, Brasileiros Unidos Querendo Terra, Terra Brasil, Unidos pela Paz, Terra e Pão, Paz sem Terra, Sem Terra do Pontal, Terra de Esperança e Movimento Paz. Além destes atuam sindicalistas da FETAESP, FERAESP e CUT-Rural.

Quanto à *idade* dos beneficiários constatou-se que mais da metade (52,84%) dos titulares de lotes encontram-se entre 31 e 50 anos, uma faixa etária bastante favorável ao seu desempenho produtivo na agricultura. Um pouco mais velhos, mas com possibilidade de apoio de filhos maiores, estão aqueles na faixa dos 51 a 60 anos, representando 24,76% dos titulares. Apenas 12,18% encontram-se no estrato acima dos 60 anos em que geralmente decresce a força de trabalho da unidade familiar.

Entre os moradores dos assentamentos há um enorme contingente de jovens, sendo que 46,61% da população tem menos de 21 anos. A parcela constituída de idosos acima de 65 anos é de apenas 3,22%.

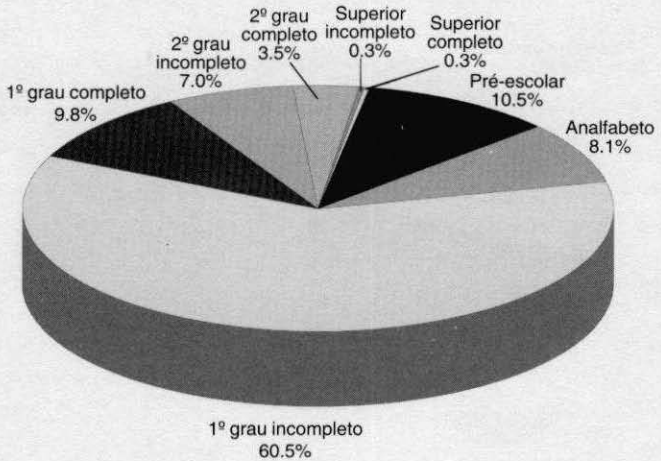
GRÁFICO 2. FAIXAS ETÁRIAS DOS TITULARES DE LOTES NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.
(Referente ao Quadro 3 do Anexo)



Quanto à *escolaridade* observou-se uma predominância de pessoas com 1.º Grau incompleto do Ensino Fundamental somadas às pessoas sem instrução, atingindo 68,52% da população. Este é um fator bastante desfavorável a ser considerado no trabalho de assistência técnica, constituindo-se em problema a ser enfrentado também pelos órgãos de educação dos governos Municipais e Estadual.

Embora a população entre 7 e 21 anos atinja 36,02% do total, os estudantes representam 21,39% dos moradores dos assentamentos sendo que

GRÁFICO 3. NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.
(Referente ao Quadro 5 do Anexo)



78,36% deles cursam o 1.º grau; 20,34% o 2.º grau e 1,29% o 3.º grau. Nota-se aí a importância do trabalho junto aos jovens, visando ao desenvolvimento dos assentamentos, considerando o avanço em escolaridade das novas gerações.

Quanto ao *envolvimento dos moradores com o trabalho agrícola*, verificou-se que, em média, dedicam-se exclusivamente ao lote 2,07 pessoas por família (lembrando que há em média 4,2 pessoas por família). De forma parcial, dedicam-se em média 0,77 pessoas por família e de forma eventual 0,34 pessoas por lote geralmente nestes casos, jovens, crianças e idosos. Apenas 23,98% da população não participa do trabalho agrícola, demonstrando que mesmo na faixa de idade até 14 anos (27,86%) e superior a 65 anos (3,22%) , existem pessoas envolvidas na produção.

Verificou-se também que somente 9,38% dos moradores tem atividades de trabalho externo, evidenciando a dependência econômica das famílias em relação ao lote que possuem. (Quadro 6 do Anexo)

Ao mesmo tempo, notou-se um elevado *índice de permanência* das famílias nos projetos de assentamento (87,22%), ao contrário do propalado na mídia pelos adversários da reforma agrária, que exageram na avaliação do nível de desistência dos beneficiários. Verificou-se que não ocorre o chamado "comércio

GRÁFICO 4. PARTICIPAÇÃO NO TRABALHO DOS LOTES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.
(Referente ao Quadro 5 do Anexo)

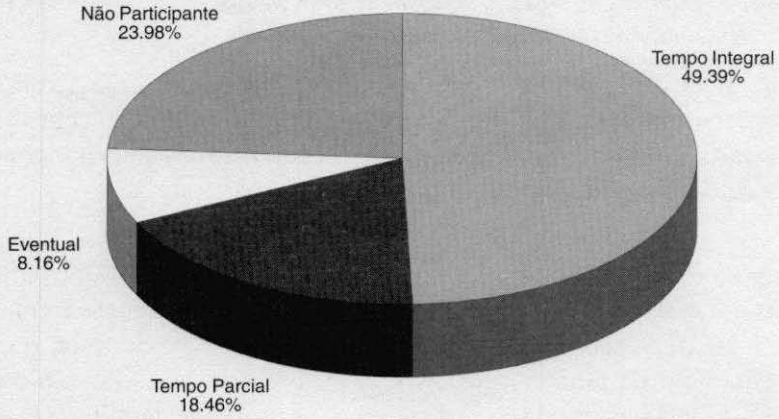
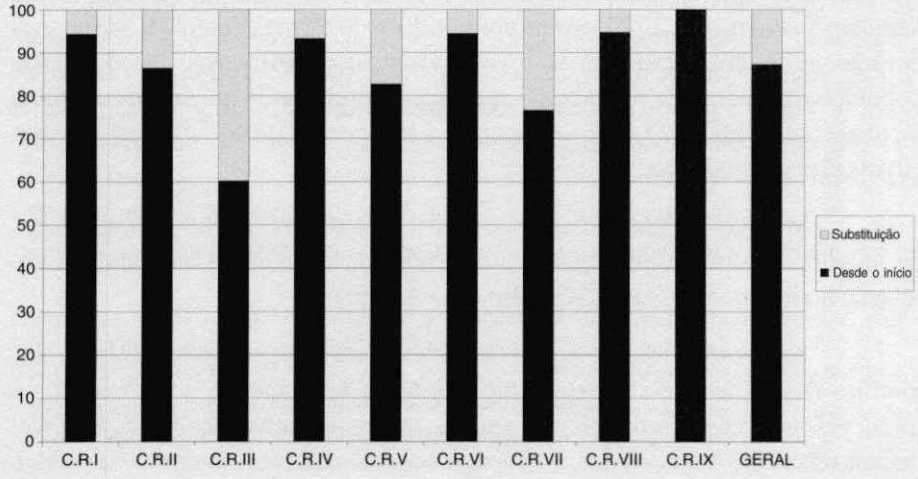


GRÁFICO 5. ÍNDICE PERCENTUAL DE BENEFÍCIOS EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.



de lotes" na dimensão em que se divulga. Pelo contrário, dos 12,78% dos assentados que desistiram de seus lotes, 10,26% foram substituídos por outros trabalhadores sem-terra, através de processo regular de seleção. Constatou-se portanto a existência de somente 2,52% de lotes vagos, assim considerados por estarem desocupados ou ocupados irregularmente.

Analisando as *condições de vida* das famílias beneficiárias, foram destacados os aspectos referentes à moradia, abastecimento de água, energia elétrica, saneamento básico, benfeitorias existentes, recursos para investimento, aquisição de bens de consumo durável e receita bruta gerada na produção.

As condições de vida encontradas nos assentamentos, ainda que apresentem dificuldades, significam avanço social para a maior parte das famílias, quando comparadas às situações vividas anteriormente à conquista da terra. Os trabalhadores rurais dispõem agora de lotes de terra, que lhes garantem, além da alimentação mais farta, possibilidades de explorações comerciais rentáveis para atender às demais necessidades familiares.

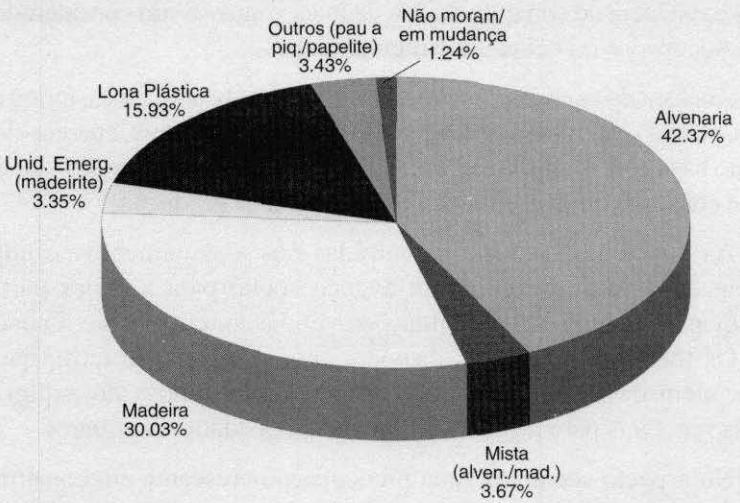
No aspecto social, há uma preocupação crescente em construir um espaço comunitário digno, estabelecendo a perspectiva do desenvolvimento integral do assentamento. Discussões têm sido travadas com os vários órgãos e segmentos envolvidos com as questões sociais do bairro rural em formação. Escolas e postos de saúde têm sido construídos pelo Itesp, secretarias de estado e prefeituras, visando favorecer o acesso da população a esses serviços. Áreas de lazer e espaços comunitários de reuniões vão surgindo gradualmente.

Quanto à *moradia* constatou-se que 42,37% dos titulares residem em casas de alvenaria, embora boa parte delas (22,50%) ainda sem acabamento. Seguem em importância as casas de madeira (30,03%). Ainda em moradias precárias de lona plástica, haviam 15,93% dos titulares. É importante ressaltar aqui que, nesta época, existiam 22 assentamentos com menos de dois anos (31,44% dos 70 projetos estudados) sendo que 16 deles (22,85%) ainda estavam na categoria de assentamentos provisórios[4] o que explica a ocorrência de moradias também assentamentos provisórias, principalmente lona plástica[5].

[4] Áreas arrecadadas judicialmente, mediante tutela antecipada, correspondendo a 30% da área definitiva a ser explorada. Esse é um quadro que se encontra atualmente bastante alterado, pela transformação, dos assentamentos provisórios em definitivos.

[5] Em julho de 1997, foram observados 62 beneficiários que se encontravam em transição de áreas provisórias para definitivas, não tendo ainda instalado suas moradias e portanto foram incluídos na categoria "não moradores" (1,24%).

GRÁFICO 6. TIPOS DE MORADORES NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.
(Referente ao Quadro 8 do Anexo)



Deve-se destacar que 83% das moradias existentes foram construídas com recursos próprios, o que evidencia certa capitalização alcançada pelas famílias, nestes anos de assentamento. Apenas 13,23% das residências tiveram suas construções financiadas pelo Instituto de Terras ou pelo Incra.

O *abastecimento de água* ocorre em 64,78% dos casos através de poços cacimbas. Em 22,51% a água é obtida através de poços tubulares profundos, construídos com recursos do Itesp/DAF, e servindo a diversos lotes. Em 12,16% das famílias a água utilizada é obtida de minas ou ribeirões. A situação de saneamento no entanto, ainda é preocupante, pois pouco mais da metade (51,88%) possui fossa.

Quanto à *energia elétrica,* 62,04% dos assentados possuem instalação em suas residências, sendo 18,09% trifásica. Mais recentemente, em especial no Pontal, o Programa Luz da Terra, da Secretaria de Energia, vem se tornando em importante fonte de financiamento da eletrificação rural também nos assentamentos.

Além da moradia, poço cacimba, energia elétrica e cercas são ainda poucas as benfeitorias encontradas nos lotes, sendo as mais comuns: curral/

estábulo, paiol, galpões, pocilga, sirgarias, galinheiro e tanques de piscicultura. No entanto, excetuando-se os currais, as sirgarias e cercas, em geral financiadas, a maior parte das benfeitorias foi construída com recursos próprios.

Outro indicador do padrão de vida das famílias é o número de veículos existentes nos lotes. Constatou-se que 21,51% das famílias possuem veículo de passeio ou utilitário, o que indica uma relação de 1 veículo para cada 5 famílias assentadas.

O grau de capitalização das famílias permitiu a aquisição de **tratores** e implementos com recursos próprios em 65% dos lotes que possuem estas máquinas. Na aquisição de triturador de forragens, para 33,26% dos que possuem não foi necessário financiamento. Na compra de animais de trabalho, foram utilizados recursos da família em 70% dos casos.

A *receita bruta*[6] gerada na produção agropecuária das famílias na safra 96/97 ficou em torno de 2,5 salários mínimos mensais (R$ 300,00). No entanto receitas mais elevadas foram atingidas nas Regionais I (Itapeva) - 5,25 salários mínimos; V (Promissão) - 4,13 salários mínimos e III (Araraquara) - 3,4 salários mínimos, onde predominam assentamentos com mais de 5 anos de existência.

[6] A receita bruta está estimada no trabalho "Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo - Safra 96/97". Ainda não se dispõe de estudos estimativos da receita líquida gerada por família.

4. INFRA-ESTRUTURA DE PRODUÇÃO

Inicialmente, deve-se considerar como base para a produção o fator disponibilidade de terra (Quadro 10 do Anexo) . Dessa forma, constata-se que 53,45% (2.668 famílias) dos assentados possuem lotes na faixa de 10 a 20 hectares, ocupando 63,38% da área agricultável total dos assentamentos do Estado de São Paulo. Em seguida, com lotes entre 5 a 10 hectares 34,15%, das famílias ocupa 19,26% da área dos assentamentos paulistas. Apenas 4,09% dos assentados têm lotes menores que 5 hectares e 8,31% lotes maiores que 20 hectares. A área média dos lotes é de 14,27 hectares[7].

Quanto a *disponibilidade de instalações,* nota-se a existência de cercas em 59,05% dos lotes, currais/estábulos em 22,09%, paióis em 20,85%, galpões em 12,92%, pocilgas em 3,31%, sirgarias em 2,84%, galinheiros em 1,42% e tanques de piscicultura em 0,28%. Numa primeira análise, parecem ser instalações insuficientes para alguns casos, em especial em relação à pecuária leiteira, que envolve 3.798 criadores (76,08% dos assentados pesquisados), sendo que apenas 29,01% deles têm curral e 77,62%, cercas.

Outro aspecto a ser considerado na infraestrutura de produção é a *proteção do solo e da água* através de práticas apropriadas como o terraceamento (Quadro 11 do Anexo). Verificou-se que este investimento, feito com recursos orçamentários do Itesp/DAF, já beneficia 32.689 hectares, ou seja, 45,86% da área agricultável dos assentamentos estudados, ou ainda, 42,15% dos lotes levantados.

[7] É importante destacar que, excetuando-se situações diferenciadas de assentamentos emergenciais e assentamentos provisórios, o cálculo do módulo tem proporcionado áreas diferenciadas de acordo com o potencial produtivo, a capacidade de uso do solos e condições de mercado em cada situação, podendo variar o tamanho dos lotes inclusive dentro de um mesmo assentamento. Para aprofundamento, ver Metodologia do Itesp para Cálculo do Módulo.

Quanto ao *potencial para irrigação*, levantou-se sua viabilidade em 41,55% dos lotes, embora apenas 19,31% tenham acesso a fontes de captação de água mais abundantes, como represas, ribeirões e minas. No entanto, o alto preço de implantação dos sistemas irrigados, aliado às dificuldades de acesso ao crédito rural, não permitem uma utilização imediata em larga escala dessa tecnologia.

Quanto à *disponibilidade de máquinas agrícolas,* constatou-se a existência de 739 tratores servindo a 1.499 lotes (30% do total). Deve-se destacar ainda a existência de 25 colheitadeiras atendendo 3,29% dos lotes, 373 semeadeiras/adubadeiras beneficiando 19,91% dos lotes, 214 pulverizadores motomecanizados em 14,26% dos lotes, 866 trituradores de forragens em 20,11% dos lotes ou 22,80% dos criadores.

Quanto à utilização da tração animal verificou-se que 63,86% têm animais de trabalho; 22,34% têm cultivador; 25,68% possuem arado; 10,74% têm semeadeira e 31,19% têm carroça.

Embora não seja possível quantificar nesse estudo, é significativo o número de assentados que fazem uso de máquinas agrícolas alugadas para as operações mais pesadas, complementando os tratos culturais com tração animal e mão-de-obra familiar. Também é bastante presente a utilização de patrulhas agrícolas municipais, em que as prefeituras disponibilizam seus equipamentos, mediante o pagamento de parte do custo pelo usuário.

5. PADRÕES TECNOLÓGICOS DOS ASSENTADOS

5.1. Produção e Produtividade

No "Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo - Safra 96/97", constatou-se um elevado percentual de aproveitamento da área agricultável disponível nos lotes levantados, em torno de 90%, demonstrando expressiva intensidade de exploração.

Verificou-se que apesar das pastagens ocuparem quase metade da área agricultável (48,46%), as áreas com culturas (41,44%) são responsáveis por 62,01% do *valor total da produção.* A diversificação de atividades nos assentamentos também é expressiva: na produção vegetal encontrou-se 93 espécies diferentes de cultivo, enquanto na produção animal existem 7 tipos diversos de criações.

Nos quadros a seguir são apresentadas as culturas que mais se destacam, em relação a área ocupada ou em número de produtores envolvidos nas atividades.

FUNDAÇÃO ITESP
S. J. D. C.
BIBLIOTECA

CULTURAS ANUAIS		
ATIVIDADES	**ÁREA (ha)**	**Nº DE PRODUTORES**
Milho	16.269	3.321
Feijão de Inverno	3.207	875
Feijão da Seca	3.010	795
Mandioca Indústria	1.426	498
Feijão das Águas	1.369	381
Cana-de-açúcar	1.216	178
Algodão	1.113	318
Arroz	747	543
Soja	541	137
Triticale	276	60
Trigo	213	86

CULTURAS PERMANENTES		
ATIVIDADES	**ÁREA (ha)**	**Nº DE PRODUTORES**
Café	83	333
Laranja	70	256
Manga	36	313
Ponkan	34	271
Abacaxi	19	86
Banana Maçã	14	45

OLERÍCOLAS		
ATIVIDADES	**ÁREA (ha)**	**Nº DE PRODUTORES**
Mandioca de mesa	443	234
Quiabo	274	176
Milho Verde	104	85
Abóbora Seca	93	61

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

Entre outras espécies de olerícolas cultivadas de expressiva importância temos melancia, pimentão, tomate, alface, maxixe, repolho, batata doce, couve-flor, jiló, pepino, berinjela, cenoura e vagem.

Na produção animal, o peso maior é da pecuária leiteira que envolve 3.798 criadores (75,15% do total de assentados), com uma produção anual de mais de 25 milhões de litros. Seguem em importância a suinocultura (220 criadores), sericicultura (118 criadores de bicho-da-seda), a avicultura (216 criadores), a apicultura (75 criadores) e a piscicultura (14 criadores).

A produção dos assentados do Estado de São Paulo vem crescendo em importância nos últimos anos, embora a produtividade de boa parte das culturas dos assentamentos ainda estejam abaixo das médias estaduais. Em geral, os assentamentos mais antigos e portanto mais desenvolvidos são os que alcançam melhor desempenho neste aspecto, até porque as limitações de solo e outros fatores inerentes aos assentamentos mais recentes prejudicam os resultados nessas áreas.

Todavia, apesar da maioria dos assentamentos ter menos de 5 anos, os níveis de produtividade para algumas áreas, em diversas culturas, já superam as médias regionais e estaduais, como nos casos de arroz, trigo, milho safrinha (CR I - Itapeva); mandioca de mesa e maracujá (CR II - Sorocaba); feijão das águas e tomate (CR III - Araraquara); soja safrinha (CR IV - Guaraçaí); café e milho safrinha (CR V - Promissão); cana-de-açúcar (CR VII - Primavera).

Paralelamente a esses resultados, deve ser registrada aqui a preocupação presente no corpo técnico do Itesp/DAF, com respeito a prevalência de padrões tecnológicos fortemente dependentes da indústria e de custo elevado para os produtores. Neste sentido, tem-se buscado em conjunto com os assentados novas alterativas menos agressivas ao meio ambiente e mais apropriadas ao sistema de produção familiar.

De qualquer forma, não se pode negar os grandes avanços alcançados pela população assentada, na constituição e evolução de seus sistemas produtivos, que assumem ano a ano, cada vez maior importância no cenário da agricultura paulista.

Uma análise mais detalhada de produção e produtividade nos assentamentos pode ser obtida no Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo - Safra 96/97", disponível na biblioteca do Itesp. O "Balanço" da safra 97/98 será publicado em fins de 1998.

5.2. Tecnologia Utilizada na Produção Vegetal

O levantamento da tecnologia empregada na produção nos assentamentos evidenciou que, entre os beneficiários, tem prevalecido a utilização dos padrões técnicos predominantes na agricultura brasileira, especialmente no Centro-Sul. Usam insumos químicos e orgânicos, bem como sementes e mudas certificadas. O crédito rural, com o pacote tecnológico associado ao financiamento, é utilizado em quase metade da área plantada.

Quanto à *calagem,* verificou-se que esta prática foi executada por 49,62% dos assentados, beneficiando 24,09% da área nos últimos três anos. Considerando-se que via de regra as áreas de assentamento apresentam solos fracos e esgotados pelo modelo de utilização anterior, o Itesp iniciou há dois anos um Programa de Recuperação dos Solos, pelo qual é incentivada a prática da calagem e adubação verde, sendo fornecido através do programa calcário suficiente para a correção de 30 a 50% de cada lote nas áreas mais críticas. O sucesso do programa junto aos assentados deve aumentar em breve a área corrigida, contribuindo para melhores resultados agrícolas.

Para avaliação da utilização de outros insumos nas culturas adotou-se um índice percentual, estabelecido para cada grupo de culturas (anuais, permanentes e olericolas), expresso pela seguinte relação:

$$\frac{\text{Soma dos cultivos que adotam determinado insumo} \;.\; 100}{\text{N.º total de cultivos do grupo de culturas}}$$

Obteve-se os seguintes resultados para os diversos grupos de culturas:

TIPOS INSUMOS	ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO DE INSUMOS (%)		
	Anuais	Permanentes	Olerícolas
Adub. Química	60,75	68,33	68,57
Adub. Orgânica	6,85	41,77	43,38
Semente/Muda Certif.	64,90	58,10	64,85
Herbicidas	18,31	15,66	4,33
Inseticidas	46,42	36,88	61,30
Fungicida	13,99	30,51	53,07

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

Verificou-se que um significativo contingente de assentados realiza adubação química em seus plantios, variando o Índice de Utilização em torno de 65%, dependendo das atividades. Por outro lado, os dados da Caderneta de Campo não permitiam detalhar fórmulas, dosagens e épocas de aplicação dos fertilizantes para confirmar a adequação técnica no uso destes insumos.

Quanto à prática de adubação orgânica, notou-se nas culturas permanentes e olerícolas, índices expressivos de utilização (cerca de 42%), superando os índices obtidos para o Estado de São Paulo, através do levantamento do Projeto LUPA[8], em que 30,62% dos produtores declararam usar adubação orgânica ou verde quando necessário. Ressalve-se, no entanto, que estas atividades consomem tradicionalmente maiores volumes de fertilizantes orgânicos e em geral ocupam menores áreas. Nas culturas anuais a utilização de adubos orgânicos ocorreu em apenas 6,85% dos cultivos efetuados.

A utilização de *sementes e mudas certificadas* também alcançou elevados percentuais, ao redor de 60% dos cultivos, o que supera o percentual de utilização de sementes melhoradas no Estado de São Paulo, de 46,23% (Projeto LUPA). Deve-se ressaltar a importância do Programa de Empréstimo de Sementes, coordenado pelo Grupo de Fomento do Itesp/DAF, que assegura a utilização de sementes certificadas pelos assentados, em suas primeiras safras. Também o Programa de Fomento à Fruticultura desde 1992 vem fornecendo mudas certificadas aos produtores assentados, garantindo material de boa procedência para os plantios.

Segundo o levantamento da implantação das culturas permanentes, 44,94% da área foi formada com recursos do Programa de Fomento à Fruticultura do Itesp/DAF; 20,82% com recursos de financiamentos do Procera (Programa de Crédito Especial para a reforma agrária), FinSocial (Fundo de Investimento Social), ou Pronaf (Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e 34,44% com recursos próprios.

A utilização de *inseticidas e fungicidas* é mais expressiva na olericultura. Nas culturas permanentes predomina a fruticultura, com 67% da área plantada, sendo que apenas 18,12% da área de fruticultura já se encontra em produção, com pomares que, na sua maioria, não atingiu a idade de pico de

[8] Projeto LUPA - Levantamento das Unidades de Produção Agrícola, realizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento em todos os estabelecimentos agrícolas do Estado, 1997.

produção. Esse fator pode, em parte, explicar os baixos índices de aplicação de pesticidas e fertilizantes e os ainda pequenos índices de produtividade do setor.

A baixa utilização de herbicidas pode ser explicada pela boa disponibilidade de mão-de-obra nos assentamentos, utilizada nas capinas manuais para controle de ervas invasoras.

5.3. Tecnologia Utilizada na Produção Animal

A principal produção animal nos assentamentos é a pecuária de leite, que se explica tanto pela característica das áreas objeto de assentamento, em boa parte constituídas de pastagens, como pela possibilidade de remuneração imediata e constante que essa atividade propicia às famílias que a desenvolvem.

Alguns indicadores importantes para avaliar o desempenho da pecuária leiteira, foram levantados na Caderneta de Campo 96/97[9].

Constatou-se um rebanho total de 63.585 cabeças, sendo 48,40% de vacas. A média de cabeças por criador ficou em 16,7 unidades.

As áreas de pastagens, capineiras e outras forrageiras, inclusive milho silagem, alcançou o total de 37.084,62 hectares. Deste total 87,33% são pastagens formadas.

A capacidade média de suporte das pastagens dos assentamentos é 1,4 Unidades Animais (UA) por hectare, ou seja, 40% superior em relação à média para o Estado de São Paulo, aferida pelo Projeto LUPA em 1,0 UA por hectare.

Em capineiras obteve-se a média de 0,5 ha por criador ou 1 ha para cada 32,8 cabeças. Constatou-se que 8,03% dos criadores assentados usam silagem de milho, destinando em média 1,71 ha para esta prática.

Quanto aos índices zootécnicos obteve-se:

- Intervalo entre partos (IP): para 58,21% dos criadores é maior que 15 meses; para 38,97% entre 12 e 15 meses e para 2,85% é menor que 12 meses.

[9] Dados sistematizados no "Balanço da Produção Agropecuária dos Assentamentos Rurais do Estado de São Paulo - Safra 96/97".

"Procerinha") que, até o final de 1997, permitia empréstimos de no máximo R$ 1 mil por família assentada e só recentemente teve esse teto de custeio duplicado. Já a Nossa Caixa e o Banespa financiam valores maiores, porém com taxas mais altas de juros e atendendo a menor público.

Tal situação pode estar limitando o desenvolvimento de muitos assentados, que buscam o "Procerinha" pela maior facilidade de acesso e melhores condições contratuais, mas que é insuficiente para atender às necessidades totais de custeio da safra. Essa limitação de crédito permite-nos avaliar que o uso de insumos (adubos, sementes, agroquímicos, sal mineral, medicamentos veterinários) não esteja sendo feito em toda a área plantada ou nas dosagens necessárias, explicando em parte os menores níveis de produtividade de algumas atividades.

O volume total de recursos para custeio na safra 96/97, foi de R$ 4,6 milhões (Quadro 12 do Anexo). A área total financiada foi de 13.446 hectares, que representa 42,19% da área plantada com culturas anuais, permanentes em produção e olerícolas. O valor médio por hectare ficou em R$ 342,91 e a área média financiada foi de 4,11 hectares por mutuário.

A distribuição dos recursos de custeio entre os diversos agentes financeiros foi o seguinte: Banco do Brasil - R$ 2,188 milhões (47,45% do total); Banespa - R$ 1,245 milhões (27,00%); Nossa Caixa - R$ 1,178 milhões (25,55%).

Em relação ao número de mutuários atendidos tivemos: Banco do Brasil - 2.428 (74,23%); Nossa Caixa - 555 (16,97%) e Banespa - 288 (8,80%).

A distribuição de recursos creditícios entre as diversas atividades agrícolas indica que 88,57% foram destinados a culturas anuais, 8,82% para olerícolas e 2,61% para culturas permanentes. Destacam-se pelo maior número de mutuários as seguintes culturas: milho, com 1998 mutuários; cana-de-açúcar com 176, feijão de inverno com 174, mandioca com 124, feijão das águas com 100 e soja com 84 mutuários. É interessante mostrar que 61% dos projetos de custeio agrícola dos assentamentos refere-se à cultura do milho. Entre as olerícolas, o destaque fica para a mandioca de mesa com 149 contratos. Ocorreram ainda alguns poucos financiamentos para pimentão (9), melancia (4) quiabo (4) e outros. Nas culturas permanentes, os destaques foram abacaxi (14), goiaba de mesa (4), acerola (3), laranja (3) e manga (3).

O valor médio financiado por mutuário ficou em R$ 1.409,70, sendo que ocorreu uma diferenciação entre os bancos quanto ao volume médio emprestado: no Banco do Brasil a média ficou em R$ 901,24; na Nossa Caixa foi de R$ 2.122,73 e no Banespa R$ 4.322,16[11]

Embora o Banco do Brasil atenda o maior número de mutuários e disponibilize o maior volume de recursos, seus contratos de custeio constituem-se de pequenos valores com recursos oriundos do Procera[12] (o chamado

[11] Nos financiamentos Banespa, houve participação significativa de recursos alocados no custeio da cana-de-açúcar na Coord. Regional VII, elevando expressivamente a média

[12] O Procera é um programa de crédito do Governo Federal, através do Incra, operado pelo Banco do Brasil, que dispunha à época das seguintes condições: linha de custeio, destinada ao financiamento da safra, com teto de R$ 1 mil por família, por safra; linha de investimento com carência de 2 anos, destinada ao financiamento de bens permanentes para produção, com teto de R$ 7,5 mil por família, além de outros R$ 7,5 mil que podem ser destinados à integralização de cotas-partes de cooperativas de assentados; em todos os casos, com juros de 12% ao ano e 50% de rebate para pagamentos em dia das prestações.

- Período Médio de Lactação (PML): para 86,39% dos criadores é menor que 270 dias; para 12,69% está entre 270 e 300 dias e para 0,92% é maior que 300 dias.
- Litros/vacas em lactação/dia: 4,74 litros.
- Litros/vaca/dia: 2,24 litros (817 litros/vaca/ano).
- Litros por hectare/ano: 678,9 litros.

A produção total de leite foi de 25,12 milhões de litros na safra 96/97, sendo comercializado cerca de 85% desse total.

Constatou-se os seguintes percentuais de utilização de insumos entre os criadores: vacinação - 95,23%; vermifugação - 85,12%; carrapaticida - 88,94%; antibiótico - 75,09%; mineralização - 81,04%; uso de concentrados - 11,66% e silagem - 8,03%. Comparando-se com os dados do Projeto LUPA, temos para o Estado de São Paulo os seguintes índices: mineralização - 59,03% e vermifugação - 60,90%. Mais uma vez os assentados superam os índices gerais.

Nas criações de pequenos animais, os resultados da Caderneta permitiram avaliar o desempenho de produtividade para a sericicultura e para a apicultura.

Na criação de bicho-da-seda a média foi de 196,71 Kg de casulo por hectare de amora, estando abaixo do desejável que seria de 300 Kg/ha[10]. Deve-se considerar, no entanto, que existem produtores com área formada de amora, mas ainda sem a infra-estrutura de barracões (sirgarias) pronta para iniciar a atividade, o que reduz muito a média.

Na produção de mel a média é de 23,49 Kg por colméia, o que pode ser considerado um bom resultado.

5.4. Crédito Rural - Custeio de Safra

O crédito rural é um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento dos sistemas produtivos dos assentados, propiciando condições para a viabilização de investimentos e de custeio, melhorando a competitividade da produção agropecuária e as condições de vida da família.

[10] Referência de estudo realizado pela Eng. Agr. Sônia Tinoco (DEXTRU/CATI), estabelecendo padrões mínimos de produtividade para que se cubram os custos de produção.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este é, em suma, o "Retrato" dos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Há elementos que instigam, há dados preocupantes, há notícias alvissareiras. Nem toda a realidade foi captada aqui, naturalmente, toda sistematização é redutora, mas esperamos ter traçado em largas pinceladas um panorama dessa comunidade crescente, que se encontra hoje no centro das atenções da sociedade brasileira.

Muita coisa boa já se fez, muito há ainda por fazer. No entanto, remanesce a firme convicção do Itesp de que a reforma agrária vale a pena. É um importante instrumento de fortalecimento da agricultura familiar e, se bem conduzida, como esperamos estar fazendo em nosso Estado, é fator inequívoco de desenvolvimento das regiões mais carentes, gerando renda, emprego e bem estar social.

Com um sistema diversificado, composto de 93 espécies diferentes de cultivo e 7 diversos tipos de criações, os assentados, que ocupam somente 0,4% da área agricultável paulista, correspondendo a apenas 1,82% das unidades de produção agrícola, conseguem deter 5,83% da área de feijão de inverno, 5,04% da área de mandioca, 3,87% da área de feijão da seca, 2,24% da área de milho, 1,35% da área de algodão e 4,46% do rebanho de vacas leiteiras do Estado.

O valor total gerado pela produção dos assentamentos na safra 96/97, incluídos também os assentamentos provisórios, superou os R$ 18 milhões, equivalendo a um valor monetário médio produzido por família de R$ 3.600 por ano, ou seja, em torno de 2,5 salários mínimos por mês, aos valores da época do levantamento. Em assentamentos mais consolidados esse valor chegou a 5,25 salários mínimos mensais por família.

Esse resultado tem feito elevar a arrecadação nos municípios em que o número de assentamentos é significativo, como Promissão e Mirante do Paranapanema, onde a arrecadação de ICMS cresceu em 148% após um ano de implantação dos assentamentos definitivos, segundo informa a Câmara Municipal.

Junto aos esforços desenvolvidos pelos assentados e suas organizações, está presente o Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp), que através de seu Departamento de Assentamento Fundiário, apoia e presta assistência técnica permanente e cotidiana aos projetos, contando com aproximadamente 260 profissionais (engenheiros agrônomos, agrícolas, florestais e civis, médicos veterinários, zootecnistas, técnicos agrícolas, assistentes sociais, economistas, geógrafos, advogados e outros), numa relação privilegiada de 1 técnico para cada 50 famílias.

Talvez seja significativo apontar também o reconhecimento dos próprios assentados à assistência técnica prestada pelo Itesp, como indicado no 1º Censo da Reforma Agrária do Brasil (1996)[13], realizado pelas Universidades por solicitação do Incra. Neste Censo, São Paulo foi o único estado brasileiro em que a assistência técnica foi avaliada como de boa qualidade pela maioria dos assentados.

Possivelmente os resultados expostos neste "Retrato" possam explicar porque 87,22% das famílias beneficiárias originais têm permanecido nos projetos, refletindo um baixo índice de desistências, ao contrário do que tem sido veiculado com freqüência na mídia pelos adversários da reforma agrária.

No entanto, ainda há muito a melhorar no trabalho junto aos assentamentos. Temos a expectativa de que os dados aqui apresentados possam contribuir significativamente, para o entendimento da realidade da reforma agrária em São Paulo, de modo a identificar seus principais entraves e buscar meios de superá-los, com compromissos sérios e participação ativa da população interessada.

[13] INCRA/CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras) / UnB (Universidade Nacional de Brasília), Iº Censo da reforma agrária, Brasília,1996. Nesse tema, os resultados para São Paulo indicaram: 50,50% de "bom"; 17,82% de "regular"; 5,94% de "precário" e 25,74% de "nenhum".

7. ANEXO

RELAÇÃO DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO PESQUISADOS

COORDENAÇÃO REGIONAL I - ITAPEVA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA

Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
1	Pirituba II Área 1	Itapeva	89	14	ITESP
2	Pirituba II Área 2	Itaberá	51	14	ITESP
3	Pirituba II Área 3	Itaberá	67	11	ITESP
4	Pirituba II Área 4	Itapeva	39	7	ITESP
5	Pirituba II Área 5	Itaberá	39	5	ITESP
6	Pirituba II Área 6	Itapeva	64	1	ITESP
7	Santa Adelaide	Avaré	23	10	INCRA/ITESP
TOTAL			372		

COORDENAÇÃO REGIONAL II - SOROCABA
REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SOROCABA

Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
8	Sumaré 1	Sumaré	26	14	ITESP
9	Sumaré 2	Sumaré	26	12	ITESP
10	Porto Feliz	Porto Feliz	81	12	ITESP
11	Itapetininga	Itapetininga	18	10	ITESP
12	Ipanema	Iperó	150	5	INCRA/ITESP
TOTAL			301		

COORDENAÇÃO REGIONAL III - ARARAQUARA
REGIÃO ADMINISTRATIVA CENTRAL

Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
13	Araras 1	Araras	5	13	ITESP
14	Araras 2	Araras	14	13	ITESP
15	Monte Alegre 1	Motuca	44	12	ITESP
16	Monte Alegre 2	Motuca	36	12	ITESP
17	Monte Alegre 3	Araraquara	23	11	ITESP
18	Monte Alegre 4	Motuca	31	11	ITESP
19	Monte Alegre 5	Motuca	23	6	ITESP
20	Casa Branca	Casa Branca	24	12	ITESP
21	Bela Vista do Chibarro	Araraquara	174	8	INCRA/ITESP
TOTAL			374		

COORDENAÇÃO REGIONAL IV - GUARAÇAÍ REGIÃO ADMINISTRATIVA DE ARAÇATUBA					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
22	Primavera	Andradina	134	17	INCRA/ITESP
23	São José 1	Birigui	48	11	INCRA/ITESP
24	São José 2	Guaraçaí	37	10	INCRA/ITESP
25	Esmeralda	Pereira Barreto	80	10	INCRA/ITESP
26	Aroeira	Guaraçaí	39	10	INCRA/ITESP
27	Santa Rita	Turmalina/Populina	18	10	INCRA/ITESP
28	Rio Paraná	Castilho	91	10	INCRA/ITESP
29	Timboré	Andradina	176	5	INCRA/ITESP
TOTAL			623		

COORDENAÇÃO REGIONAL V - PROMISSÃO REGIÃO ADMINISTRATIVA DE BAURU					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
30	Promissãozinha	Promissão	8	13	ITESP
31	Reunidas	Promissão	626	10	INCRA/ITESP
TOTAL			634		

COORDENAÇÃO REGIONAL VI - PRES. VENCESLAU REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRES. PRUDENTE					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
32	Areia Branca	Marabá Paulista	86	9	INCRA/ITESP
33	Santa Maria	Pres. Venceslau	78	1	ITESP/INCRA
34	Primavera 1	Pres. Venceslau	87	1	ITESP/INCRA
35	Primavera 2	Pres. Venceslau	36	1	ITESP/INCRA
36	Tupanciretã	Pres. Venceslau	86	1	ITESP/INCRA
37	Radar	Pres. Venceslau	23	1	ITESP/INCRA
38	Yapinary	Ribeirão dos Índios	39	1	ITESP/INCRA
39	Santa Rita	Tupi Paulista	27	1	ITESP/INCRA
40	S. Antonio da Lagoa	Piquerobi	27	1	ITESP/INCRA
41	Nova Conquista	Rancharia	120	1	INCRA/ITESP
TOTAL			609		

COORDENAÇÃO REGIONAL VII - ROSANA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRES. PRUDENTE					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
42	Gleba 15 de Novembro	E. da Cunha /Rosana	567	13	ITESP
43	S.Rita Pontal	Euclides da Cunha	58	7	ITESP
44	Tucano	Euclides da Cunha	36	6	ITESP
45	Santa Rosa	Euclides da Cunha	90	5	ITESP
TOTAL			751		

COORD. REGIONAL VIII - MIRANTE DO PARANAPANEMA REGIÃO ADMINISTRATIVA DE PRES. PRUDENTE					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
46	Água Sumida	Teodoro Sampaio	120	9	INCRA/ITESP
47	Santa Clara	Mirante do Paranapanema	46	3	ITESP
48	São Bento	Mirante do Paranapanema	182	3	ITESP
49	Estrela D'Alva	Mirante do Paranapanema	31	2	ITESP
50	Flor Roxa	Mirante do Paranapanema	31	2	ITESP/INCRA
51	Haroldina	Mirante do Paranapanema	61	2	ITESP/INCRA
52	Santa Carmem	Mirante do Paranapanema	36	2	ITESP/INCRA
53	Arco-Iris	Mirante do Paranapanema	92	2	ITESP/INCRA
54	Santa Cruz	Mirante do Paranapanema	50	2	ITESP/INCRA
55	Canaã	Mirante do Paranapanema	45	2	ITESP/INCRA
56	King Meat	Mirante do Paranapanema	37	2	ITESP/INCRA
57	Santana	Mirante do Paranapanema	30	2	ITESP/INCRA
58	Washington Luís	Mirante do Paranapanema	12	1	ITESP/INCRA
59	Santa Apolônia	Mirante do Paranapanema	76	1	ITESP/INCRA
60	Santa Rosa	Mirante do Paranapanema	28	1	ITESP/INCRA
61	Novo Horizonte	Mirante do Paranapanema	42	1	ITESP/INCRA
62	Vale dos Sonhos	Mirante do Paranapanema	23	1	ITESP/INCRA
63	Santa Isabel 1	Mirante do Paranapanema	48	1	ITESP/INCRA
64	Santa Cristina	Mirante do Paranapanema	31	1	ITESP/INCRA
65	Santa Lúcia	Mirante do Paranapanema	22	1	ITESP/INCRA
66	Pontal	Mirante do Paranapanema	15	1	ITESP/INCRA
67	Água Limpa	Pres. Bernardes	69	1	ITESP/INCRA
68	Palu	Pres. Bernardes	53	1	ITESP/INCRA
69	Rodeio	Pres. Bernardes	52	1	ITESP/INCRA
TOTAL			1,232		

COORDENAÇÃO REGIONAL IX - TREMEMBÉ REGIÃO ADMINISTRATIVA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS					
Nº	Nome	Município	Nº de Famílias Levantadas	Idade do Assentamento	Órgão Responsável
70	Tremembé	Tremembé	96	2	INCRA/ITESP
TOTAL			96		

* Refere-se a divisão de Coordenações Regionais existentes em julho de 1997.
Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

NOTA:
Não foram pesquisados os assentamentos: Maturi (Caiuá); São José da Lagoa (Piquerobi); Bom Pastor (Sandovalina); Santo Antônio (Pres. Bernardes); Alvorada e Marco II (Mirante do Paranapanema) que à época estavam em fase inicial de implantação.

QUADRO 1. IDADE DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

C.R.	> 10 ANOS	6 A 10 ANOS	2 A 5 ANOS	< 2 ANOS	TOTAL
I	3	2	1	1	7
II	3	1	1	-	5
III	7	2	-	-	9
IV	2	5	1	-	8
V	1	1	-	-	2
VI	-	1	-	9	10
VII	1	2	1	-	4
VIII	-	1	11	12	24
IX	-	-	1	-	1
TOTAL	**17**	**15**	**16**	**22**	**70**
%	**24**	**21**	**23**	**31**	**100**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 2. EXPERIÊNCIA DE TRABALHO ANTERIOR DOS TITULARES DE LOTES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

	AGRICULTURA														FORA DA AGRICULTURA			
C.R.	Propr. Rural		Arrendatário		Parceiro		Posseiro		Assal.Perm.		Assal. Temp.		Total da Agricultura		Indústria		Comércio/Serv.	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
I	0	0.00	98	26.34	30	8.06	0	0.00	10	2.69	234	62.90	372	**100.00**	0	0.00	0	0.00
II	2	0.66	22	7.31	23	7.64	1	0.33	22	7.31	144	47.84	214	**71.10**	32	10.63	55	18.27
III	2	0.53	34	9.09	51	13.64	4	1.07	53	14.17	173	46.26	317	**84.76**	12	3.21	45	12.03
IV	9	1.44	227	36.44	53	8.51	12	1.93	63	10.11	206	33.07	570	**91.49**	18	2.89	35	5.62
V	8	1.26	94	14.83	131	20.66	0	0.00	124	19.56	184	29.02	541	**85.33**	62	9.78	31	4.89
VI	4	0.66	172	28.24	22	3.61	0	0.00	37	6.08	354	58.13	589	**96.72**	2	0.33	18	2.96
VII	8	1.07	97	12.92	39	5.19	7	0.93	124	16.51	441	58.72	716	**95.34**	4	0.53	31	4.13
VIII	7	0.57	174	14.12	35	2.84	63	5.11	172	13.96	734	59.58	1,185	**96.19**	6	0.49	41	3.33
IX	0	0.00	15	15.63	0	0.00	1	1.04	6	6.25	51	53.13	73	**76.04**	11	11.46	12	12.50
TOTAL	**40**	**0.80**	**933**	**18.69**	**384**	**7.69**	**88**	**1.76**	**611**	**12.24**	**2,521**	**50.50**	**4,577**	**91.69**	**147**	**2.94**	**268**	**5.37**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 3. DISTRIBUIÇÃO POR FAIXAS ETÁRIAS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

TITULARES			MORADORES (incluso titulares)		
Faixas etárias	Nº de titulares	%	Faixas etárias	Nº de moradores	%
< de 21	19	0.38	0 a 6	2,219	10.59
21 a 30	491	9.84	7 a 14	3,619	17.27
31 a 40	1,292	25.88	15 a 21	3,930	18.75
41 a 50	1,346	26.96	22 a 30	3,567	17.02
51 a 60	1,236	24.76	31 a 65	6,950	33.16
> 60	608	12.18	> 65	675	3.22
TOTAL	4,992	100.00	TOTAL	20,960	100.00

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 4. NÍVEIS DE ESCOLARIDADE DOS MORADORES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

C.R.	Pré-escolar		Analfabeto		1o. Grau Incomp.		1o. Grau Comp.		2o. Grau Incomp.		2o. Grau Comp.		Superior Incomp.		Superior Comp.	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
I	225	13.02	220	12.73	1,068	61.81	135	7.81	58	3.36	20	1.16	0	0.00	2	0.12
II	212	11.71	169	9.33	1,252	69.13	79	4.36	54	2.98	36	1.99	4	0.22	5	0.28
III	152	8.59	88	4.97	989	55.91	278	15.72	186	10.51	71	4.01	5	0.28	0	0.00
IV	147	6.31	96	4.12	1,311	56.24	305	13.08	262	11.24	177	7.59	21	0.90	12	0.51
V	330	10.19	193	5.96	2,168	66.93	154	4.75	273	8.43	94	2.90	18	0.56	9	0.28
VI	172	10.23	72	4.28	1,045	62.17	237	14.10	107	6.37	30	1.78	4	0.24	14	0.83
VII	445	12.77	500	14.34	2,028	58.18	279	8.00	126	3.61	100	2.87	3	0.09	5	0.14
VIII	491	10.71	321	7.00	2,701	58.94	498	10.87	337	7.35	212	4.63	12	0.26	11	0.24
IX	35	10.54	32	9.64	109	32.83	96	28.92	57	17.17	1	0.30	1	0.30	1	0.30
TOTAL	2,209	10.54	1,691	8.07	12,671	60.45	2,061	9.83	1,460	6.97	741	3.54	68	0.32	59	0.28

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 5. PARTICIPAÇÃO DOS MORADORES DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS RURAIS NO TRABALHO DOS LOTES, NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

C.R.	Tempo Integral		Tempo Parcial		Eventual		Não Participam		Total CR	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
I	596	34.49	213	12.33	169	9.78	750	43.40	1,728	100.00
II	502	27.72	397	21.92	166	9.17	746	41.19	1,811	100.00
III	759	42.91	444	25.10	197	11.14	369	20.86	1,769	100.00
IV	1,270	54.48	438	18.79	119	5.11	504	21.62	2,331	100.00
V	2,043	63.08	493	15.22	127	3.92	576	17.78	3,239	100.00
VI	784	46.64	456	27.13	155	9.22	286	17.01	1,681	100.00
VII	1,953	56.02	633	18.16	102	2.93	798	22.89	3,486	100.00
VIII	2,264	49.40	743	16.21	631	13.77	945	20.62	4,583	100.00
IX	182	54.82	52	15.66	45	13.55	53	15.96	332	100.00
TOTAL	**10,353**	**49.39**	**3,869**	**18.46**	**1,711**	**8.16**	**5,027**	**23.98**	**20,960**	**100.00**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 6. ENVOLVIMENTO DE MEMBROS DAS FAMÍLIAS ASSENTADAS EM ATIVIDADES EXTERNAS AOS LOTES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

C.R.	INDÚSTRIA		COM./SERVIÇOS		AGRICULTURA		ESTUDANTES		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%/ total de beneficiários
I	0	0.00	0	0.00	13	0.75	265	15.34	278	16.09
II	34	1.88	192	10.60	126	6.96	419	23.14	771	42.57
III	34	1.92	109	6.16	76	4.30	549	31.03	768	43.41
IV	41	1.76	202	8.67	124	5.32	572	24.54	939	40.28
V	26	0.80	82	2.53	38	1.17	867	26.77	1013	31.28
VI	5	0.30	20	1.19	62	3.69	188	11.18	275	16.36
VII	4	0.11	77	2.21	218	6.25	796	22.83	1095	31.41
VIII	30	0.65	194	4.23	240	5.24	722	15.75	1186	25.88
IX	0	0.00	18	5.42	0	0.00	105	31.63	123	37.05
TOTAL	**174**	**0.83**	**894**	**4.27**	**897**	**4.28**	**4483**	**21.39**	**6448**	**30.76**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 7. ÍNDICE DE PERMANÊNCIA DE BENEFICIÁRIOS NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

Regional	C.R.I		C.R. II		C.R. III		C.R. IV		C.R. V		C.R. VI		C.R. VII		C.R. VIII		C.R. IX		GERAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Desde o início	351	94.35	260	86.38	225	60.16	581	93.26	524	82.65	575	94.42	575	76.56	1,167	94.72	96	100.00	**4,354**	**87.22**
Substituição	21	5.65	41	13.62	149	39.84	42	6.74	110	17.35	34	5.58	176	23.44	65	5.28	0	0.00	**638**	**12.78**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 8. CONDIÇÕES DE MORADA DOS TITULARES DE LOTES EM PROJETOS DE ASSENTAMENTO RURAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

Tipo de Moradia	Número	%	Origem dos recursos	Número	%	Fossa	Número	%
Alvenaria c/ acabamento	992	19.87	Próprio	4,096	83.08	Sim	2,590	51.88
Alvenaria s/ acabamento	1,123	22.50	Crédito DAF / INCRA	652	13.23	**Energ.Elétrica**	**Número**	**%**
Mista (alvenaria/madeira)	183	3.67	Imóvel já existente no P.A.	182	3.69	Não	1,895	37.96
Madeira	1,499	30.03	**Fonte de Água**	**Número**	**%**	Monofásica	2,191	43.89
Unid. Emerg. (madeirite)	167	3.35	Poço cacimba	3,243	64.78	Trifásica	903	18.09
Lona Plástica	795	15.93	Poço tubular prof.	1,057	22.51	Outros	3	0.06
Outros(pau a piq./papelite)	171	3.43	Mina / Rib.	715	12.16	**TOTAL**	**4,992**	**100.00**
Não moram/Em Mudança	62	1.24	Caminhão pipa	30	0.55			
TOTAL	**4,992**	**100.00**	**TOTAL**	**5,045**	**100.00**			

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 9. ÍNDICE PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997*.

CR	COOPERATIVAS			ASSOCIAÇÕES			GRUPOS			TOTAL		
	NÚMERO	PARTICIPANTES	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO	NÚMERO	PARTICIPANTES	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO	NÚMERO	PARTICIPANTES	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO	NÚMERO	PARTICIPANTES	ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO
I	5	106	28.49	1	10	2.69	3	81	21.77	9	197	52.96
II	2	16	5.32	5	189	62.79	12	164	54.49	19	369	122.59
III	2	94	25.13	3	73	19.52	7	41	10.96	12	208	55.61
IV	2	227	36.44	13	520	83.47	8	164	26.32	23	911	146.23
V	4	68	10.73	1	45	7.10	5	33	5.21	10	146	23.03
VI**	2	372	61.08	1	15	2.46	6	81	13.30	9	468	76.85
VII**	0	467	62.18	4	75	9.99	2	30	3.99	6	572	76.17
VIII**	1	467	37.91	3	108	8.77	11	114	9.25	15	689	55.93
IX	2	58	60.42	1	18	18.75	0	0	0.00	3	76	79.17
TOTAL	**20**	**1,875**	**37.56**	**32**	**1,053**	**21.09**	**54**	**708**	**14.18**	**106**	**3,636**	**72.84**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

(*) - O índice percentual de participação em organizações foi estabelecido através da relação: nº de participantes (com repetição)/nº de beneficiários x 100

(**) - A cooperativa COCAMP, com sede no município de Teodoro Sampaio, localizado na CR VIII, tem cooperados também nas Regionais VI e VII.

QUADRO 10. DISTRIBUIÇÃO DA TERRA NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

ESTRATOS DE ÁREAS DOS LOTES (ha)	Nº DE BENEFICIÁRIOS LEVANTADOS	% DO NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS	ÁREA OCUPADA (ha)	LOTES AGROVILA	
0 a 5,0	204	4.09	0.66	Nº	%
5,1 a 10,0	1,705	34.15	19.26	**1,236**	**24.76**
10,1 a 20,0	2,668	53.45	63.38		
20,1 a 40,0	415	8.31	16.70		
TOTAL	**4,992**	**100.00**	**100.00**		

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 11. CONSERVAÇÃO DOS SOLOS NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997.

C.R.	ÁREA			LOTES BENEFICIADOS		
	Agricultável	Terraceada		Total levantado	Total terraceado	
	ha	ha	%	nº	nº	%
I	5,618.78	4,107.51	73.10	372	217	58.33
II	2,572.52	1,308.90	50.88	301	171	56.81
III	5,523.06	4,708.05	85.24	374	318	85.03
IV	11,483.11	5,118.88	44.58	623	304	48.80
V	12,191.39	4,794.72	39.33	634	260	41.01
VI	6,568.80	1,375.89	20.95	609	93	15.27
VII	12,727.99	8,527.03	66.99	751	586	78.03
VIII	13,730.69	2,748.22	20.02	1,232	155	12.58
IX	860.80	-	-	96	0	-
GERAL	**71,277.14**	**32,689.20**	**45.86**	**4,992**	**2,104**	**42.15**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

QUADRO 12. UTILIZAÇÃO DE CRÉDITO DE CUSTEIO AGRÍCOLA PELOS ASSENTADOS RURAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1996/97.

CR	ÁREA FINANCIADA (ha)	% ÁREA FINANCIADA	Nº CONTRATOS	CONTRATOS / ASSENTADO	VALOR TOTAL FINANCIADO (R$)	PARTICIPAÇÃO POR C.R. (%)	VALOR / CONTRATO (R$)
I	2,359.88	37.55	599	1.61	773,509.57	17.69	**1,291.33**
II	376.74	32.06	237	0.79	200,752.42	4.59	**847.06**
III	1,655.21	58.69	236	0.63	124,078.03	2.84	**525.75**
IV	1,878.44	57.19	513	0.82	635,087.94	14.52	**1,237.99**
V	1,953.74	30.01	217	0.34	282,830.30	6.47	**1,303.37**
VI	1,651.74	40.86	448	0.74	462,850.40	10.58	**1,033.15**
VII	518.34	20.63	97	0.13	414,672.00	9.48	**4,274.97**
VIII	3,019.72	52.72	897	0.73	1,455,993.17	33.29	**1,623.18**
IX	32.75	87.64	27	0.28	23,849.00	0.55	**883.30**
TOTAL	**13,446.56**	**42.19**	**3,271**	**0.66**	**4,373,622.83**	**100.00**	**1,337.09**

Fonte: Caderneta de Campo 96/97, ITESP/DAF, 1997.

GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA JUSTIÇA
E DA DEFESA
DA CIDADANIA

Terra
Justiça
Cidadania

Instituto de Terras do Estado de São Paulo
"José Gomes da Silva"

439

Retrato da terra